

“MEB-IGREJA-SINDICATOS RURAIS: AS HISTÓRIAS DO MEB NA DIOCESE DE AMARGOSA-BAHIA (1970-1980)

SARA OLIVEIRA FARIAS¹

Tempos iniciais:

O Movimento de Educação Básica (MEB) foi criado oficialmente em 1961, no governo do Presidente da República, Jânio Quadros pela Conferência Nacional dos bispos (CNBB). Entretanto, esta proposta inicial foi precedida por duas experiências: as escolas radiofônicas do Serviço de Assistência Rural (SAR), da cidade de Natal e o Sistema Rádio-Educativo de Sergipe (SIRESE), em Aracaju no final dos anos de 1950. A Igreja começava a descobrir os graves problemas sociais do Brasil, sobretudo no Nordeste e, muitas vezes, junto ao Estado procurava soluções. Esse cenário começou a ser delineado nos anos de 1950, principalmente no Estado do Rio Grande do Norte (FAVERO, 2006: 37)

O movimento de Natal, assim denominado, tinha como um dos principais objetivos: organizar as comunidades, sobretudo as rurais, formação de grupos e treinamento de líderes. “Dessa forma, antes mesmo da criação do MEB, e figurando como uma de suas raízes mais próximas, encontram-se as escolas radiofônicas do SAR,” (FAVERO,2006:38) criada em 1958, quando a arquidiocese de Natal, obtém a concessão de canal de uma emissora. A experiência de Sergipe ocorreu através de um convênio com o SIRENA e outros órgãos do governo como os da área da saúde e da agricultura, criando assim em 1959, um sistema radioeducativo estadual. As duas experiências foram fundamentais para que nos anos de 1960 o MEB fosse criado.

Naquele período, o MEB tinha como objetivo a formação integral do homem, para sua promoção, entendendo como educação um processo global não se limitando apenas à instrução, mas formando “na ação, ajudando o homem a promover-se.” (MEB, 1979, p.4). Juntamente com outros movimentos sociais do cenário brasileiro no final da década de 1950 e

¹ Doutora em História (UFPE). Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

começo dos anos de 1960 estava associado não apenas à educação, mas também a cultura popular, pois se aliou a outros movimentos sociais e culturais e no I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular, em 1962 o MEB mostrou-se “como um movimento de cultura popular e não apenas de alfabetização. Foi por eles aceito como tal. Procurou acertar o passo com o conjunto desses movimentos. Assumiu mesmo uma relativa posição de liderança, participando das comissões estaduais e nacionais de organização e coordenação das atividades de cultura e educação popular.” (FAVERO, 2006:93)

O programa de educação de base tinha como base as escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste do país, para isso a CNBB colocava à disposição do Governo Federal a rede de emissoras filiadas à RENECA – Representação Nacional das Emissoras Católicas- (FÁVERO, 2004) se comprometendo em aplicar adequadamente os recursos recebidos, para isso mobilizou voluntários que atuaram como monitores, uma vez que o trabalho desenvolvido nas comunidades envolvidas só poderia ser efetivado com a colaboração de monitores que trabalhavam junto às escolas. Paralelo aos monitores, o papel da comunidade foi fundamental, pois sem as lideranças locais, possivelmente, o programa não teria êxito.

O cenário político e social do Brasil assinala desde a segunda metade dos anos de 1950 um quadro de movimentos que lutavam por direitos, entre eles o direito a posse da terra. Nesse sentido, alguns episódios, acontecimentos e de certa forma uma mudança de paradigma na sociedade modificariam em certos aspectos a relação da Igreja com a população rural.

Assim as ligas camponesas ocorridas sobretudo em Pernambuco indicaram de certa forma o início da luta por uma vida mais digna e com direitos da população rural, pois, não se pode esquecer a situação precária dos trabalhadores rurais do Brasil, como os da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste e a urgência de uma tomada de decisões de alguns setores da sociedade. A igreja ao perceber o avanço das ligas com nítido caráter partidário, uma vez que o Partido Comunista Brasileiro influenciava de forma significativa esse movimento com as ideias comunistas percebia que sua atuação precisava ser modificada e assim buscava ir de encontro aos grupos menos favorecidos, procurava construir uma prática mais condizente com sua pregação.

Nessa perspectiva, o quadro político e social nesses estados se agravava, ocorrendo denúncias das condições precárias do trabalho nas zonas rurais, destacando a completa ausência dos direitos trabalhistas, influenciando de maneira significativa no cotidiano das famílias dos trabalhadores, além dos altos índices de analfabetismo da população. Assim, dioceses do Rio Grande do Norte e de Sergipe na década de 50 já realizavam experiências de educação pelo rádio e, formalizaram tempos depois “ à Presidência da República, em nome da CNBB, proposta de criação de amplo programa de alfabetização e educação de base, através das escolas radifônicas.” (FÁVERO, 2004)

Essas experiências juntamente com outras do mesmo período como a “Campanha Nacional de Alfabetização de Adolescentes e Adultos e Campanha Nacional de Educação Rural; radiofusão educativa realizadas pela Igreja Católica na América Latina; sistema rádio educativo nacional, organizado em 1957, pelo Ministério da Educação e Cultura,” entre outras experiências favoreceram a criação do MEB no Brasil.

Para criação do MEB foram firmados convênios com órgãos públicos como o Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde e outros setores da administração pública federal que colaboravam financeiramente e em certa medida também de maneira técnico-administrativa. Tendo como finalidade a promoção humana do homem carente das áreas menos desenvolvidas do país, o MEB, para atingir seus objetivos celebrou convênios com instituições públicas e privadas e em 1967, através do decreto militar foi considerado órgão de colaboração do MEC.(MEB, 1979: 7)

Os tempos iniciais do MEB, período de 1961 a 1966 tentavam discutir e implementar em algumas regiões do Brasil o conceito de Educação de Base, definido pela UNESCO:

“ Educação de Base é o mínimo de educação que tem por fim ajudar as criança e os adultos, privado da vantagem de uma educação escolar, a compreenderem os problemas do meio em que vivem, a fazerem uma ideia dos seus direitos e deveres, tanto coletivos como individuais, e a participarem mais eficazmente do progresso econômico e social da comunidade da qual fazem parte. Ela tem, igualmente, um trabalho de formação que visa a despertar a consciência e a dignidade da pessoa humana e a desenvolver o sentimento de solidariedade cultural e moral da humanidade.”(MEB,1979:7-8)

Nessa perspectiva, o MEB centralizou seu discurso na ideia de que os trabalhadores rurais obtivessem os conhecimentos mínimos para se levar uma vida humana, uma vida com condições dignas. Considerando como básica “a educação que forma o homem na sua eminente dignidade de pessoa. Daí decorre como condição primeira o direito de viver humanamente.” (MEB em 5 anos,1982:22) Assim, o básico pode ser compreendido não apenas como o primeiro, inicial ou a alfabetização para a instrução, mas como ação radical para o ser humano, no sentido de que tome a direção de sua vida enquanto sujeito, consciente sobretudo de seus direitos. Dessa forma, o MEB estabeleceu “em suas declarações iniciais, a preocupação com uma população eminentemente rural, local, atribuindo genericamente a esta população o conceito de camponês, homem do campo ou homem rural.” (SOUZA, 2010:290)

Como já foi mencionado, apesar de instituído oficialmente em 1961, já existiam sistemas educativos também em Pernambuco e Paraíba “com origem em iniciativas isoladas da diocese comandada por Dom Eugênio Sales.” (SOUZA, 2010: 282), porém a multiplicação dos departamentos do MEB no Brasil teve seu auge em 1963, “instalando-se em 15 unidades federativas: as regiões Nordeste, o Centro-Oeste, o estado de Minas Gerais e a região amazônica.” (SOUZA, 2010: 282), considerado portanto como o maior movimento de educação popular do país. “Calcula-se o envolvimento de cerca de 400.000 alunos, de 63 diferentes cidades, na rede radiofônica do MEB, entre os anos de 1960 e 1964.” (SOUZA, 2010:282).

Os números sobre a atuação do sistema radiofônico do MEB impressionam no período considerado áureo. “De 11 sistemas, em 1961, chega a 31, em 1962, a 59, em 1963, atingindo o Nordeste, parte da Região Leste e parte da Região Amazônica.” (MEB em 5 anos, 1982:76). Pode-se pensar que nas 15 unidades federativas que criaram o MEB o foco era a cultura como ferramenta política para modificar uma realidade extremamente desigual e, onde a história só seria possível de ser realizada, através da luta e do combate. (FOUCAULT,2001)

No Estado da Bahia, espaço delimitado para esta pesquisa, particularmente a região de Amargosa, localizada no Recôncavo Sul do Estado, o sistema foi criado em 1961 e contava apenas com a cidade de Salvador, nos anos seguintes, sobretudo no período de 1962 a 1965 foi se espalhando por aproximadamente 11 cidades, entre elas destaco a diocese de Amargosa, objeto de análise desse trabalho. (MEB em 5 anos, 1982:78). O MEB trabalhava na Bahia e

em outras unidades federativas preparando pessoal especializado, pois partiam do princípio de que os treinamentos eram educativos e visavam “à conscientização dos treinados e sua capacitação para atividades específicas do MEB”(MEB em 5 anos, 1982:82). Sua ação tinha por base a escola radiofônica, local onde ocorria “a comunicação entre professores do MEB (professores-locutores), monitores e alunos das comunidades rurais.” (SOUZA, 2010:283), o trabalho ocorria de fato através da base, do concreto, das condições de vida de parte significativa de uma população relegada às piores condições de vida. O Estado, portanto, fornecia o financiamento e a Igreja, ou pelo menos parte dela executava através das escolas radiofônicas o programa de educação de base.

Nesse sentido, pode-se pensar que o MEB estava intimamente ligado a educação popular que tinha como proposição e diretriz que o “povo devia ser o agente de sua própria história.” (MAINWARING, 2004: 88) Assim, o MEB se declarava da seguinte maneira:

“Já em meados de 1962, o MEB declarou-se a favor da transformação social radical. A educação deveria ser um meio de realizar essa transformação ao invés de ser um fim em si. O MEB enfatizava a conscientização, uma abordagem que encorajasse o povo a enxergar os seus problemas, como parte de um sistema mais amplo.”(MAINWARING,2004:88)

O discurso central do MEB, portanto, tomava o “povo” como ponto de partida para a transformação social e de certa forma a modificação política do Brasil. A força da luta por uma vida mais humana e obviamente justa só seria possível através da participação popular, criticando dessa forma toda e qualquer prática paternalista. Dessa forma, o MEB juntamente com outros movimentos, mais particularmente juntamente com o método de educação utilizado por Paulo Freire fez com que a Igreja desenvolvesse um novo tipo de trabalho junto aos segmentos populares.

Dessa forma, como se poderia definir ou entender o trabalho do MEB? Para os leigos, ele foi um instrumento de ação política, para os bispos, um instrumento de ação pastoral. Como resolver então, a contradição dos movimentos. Pode-se pensar assim como Osmar Fávero que:

“a importância do movimento rural que se organizava no meio rural, principalmente no Nordeste, e a seriedade dos problemas com que essa região se

defrontava motivou o deslocamento da Igreja em direção às classes populares, movida por um verdadeiro impulso pastoral, é certo, mas guiada também pelo seu instinto de sobrevivência [...] sua postura era progressista e sua atitude, reformista. Mas sangue novo corria nas veias da Igreja. Composto em sua maioria de profissionais que haviam pertencido aos movimentos de juventude da ACB [...] um grupo de cristãos lançou-se em um movimento educativo amplo...” (Fávero, 2006:96-97)

Assim, o MEB partia da necessidade de se trabalhar como o povo percebia sua realidade, “ao invés de começar por considerações mais abstratas ou tentar divulgar uma consciência revolucionária. Também implicava um respeito pela cultura e valores populares e pelo indivíduo.” (MAINWARING, 2004:88-89). Com o golpe militar de 1964, o MEB sofreu repressão do Estado, suprimindo as atividades mais políticas do movimento. (MAINWARING, 2004:89)

Entretanto, por conta talvez do prestígio que obteve por conta do trabalho desenvolvido, o MEB “graças à proteção da Igreja, foi a única experiência de educação popular a sobreviver ao golpe. Entretanto, a sobrevivência tinha um preço: o MEB foi obrigado a moderar suas atividades.”(MAINWARING, 2004:89). Entre as medidas repressivas do Estado, estavam a redução do orçamento para o movimento, além de um certo controle e ambivalência da hierarquia católica, deixando em certos aspectos de ter sido “um dos impulsos chaves na transformação da Igreja. Mas o MEB pôde continuar as experiências progressistas na educação popular numa época em que isso era extremamente difícil.”(MAINWARING,2004:89)

Situar a atuação do MEB, posterior ao golpe militar de 1964, sobretudo relacionado ao trabalho de formação e assessoramento aos sindicatos, constitui o objetivo dessa pesquisa. Assim, selecionamos como objeto, a atuação do MEB em uma diocese da Bahia a partir dos anos de 1970 e 1980.

O MEB na Bahia: as experiências de Amargosa

O município de Amargosa compõe a nomeada região econômica do Recôncavo Sul do Estado da Bahia, “integrando um dos vinte cinco municípios que constitui a bacia do rio Jiquiriça.” (AMARGOSA, s/d:4) Segundo alguns registros históricos, Amargosa foi “o centro de uma região de economia basicamente cafeeira.” (SANTOS, 1963: 5).

Em 1891 é elevada à categoria de cidade e até aproximadamente 1937 viveu seu esplendor e prosperidade econômica tendo como lavouras básicas o café e o fumo “cultivados intensamente, tendo como objetivo o comércio exterior”, mas essa prosperidade a partir de 1960, quando:

“o café foi erradicado com a política do governo federal de acabar com a doença denominada ferrugem e fica fora do entroncamento rodoviário a 30 km da BR101 e 116. Com isso, Amargosa perde a hegemonia econômica para Santo Antônio, Jequié e, principalmente, para Feira de Santana [...]

Nas décadas de 70,80 e 90, a pecuária extensiva, consequência do término do ciclo do café, provocou o êxodo e ampliou a pobreza no campo e na cidade. Poucos produtores tecnificaram a produção. A grande maioria permaneceu à margem do processo de modernização...”(AMARGOSA, s/d:2-3)

Nesse cenário onde parte da população de Amargosa vivia da produção econômica voltada para a agricultura e pecuária, é significativo considerar suas condições de vida e de trabalho. A vida no campo, permeada de muitas dificuldades e de trabalhos muitas vezes inadequados e exploratórios poderá explicar em parte a formação e atuação de sindicatos, tendo como apoio em muitas localidades, o trabalho de assessoria de membros da Igreja Católica junto a essas entidades. Conscientizar pode ter sido considerado a palavra de ordem de muitos componentes do MEB em Amargosa para o trabalho, luta e articulação dos sindicatos rurais. Assim, em um primeira abordagem, pode-se pensar em três aspectos do trabalho no município: resgate da cidadania, ação sindical e comunicação popular.

O sujeito deveria se (re) conhecer dono de sua história, para isso deveria lutar pelas condições necessárias tentando romper os obstáculos produzidos de sua realidade. Assim, pregava o método utilizado pelo MEB, em parte baseado nas lições do educador Paulo Freire onde a autonomia dos sujeitos se constituía em sua filosofia de trabalho e de vida, centralizando o

papel dos educadores para entre outros aspectos ensinarem aos seus educandos/as a serem, “ Serem Mais.” (FREIRE,2010) O MEB, então passava “de um movimento de alfabetização e educação de base através das escolas radiofônicas a um movimento de educação e organização política dos trabalhadores rurais.” (FÁVERO, 2006:141)

Essa filosofia estava presente nos departamentos espalhados pelas regiões do Brasil e em Amargosa, não foi diferente como afirmou o Bispo Dom João Nilton:

“ O MEB contribui em muito, não somente para a alfabetização que não seguia o padrão oficial, usava outra metodologia, usando palavras geradoras do método Paulo Freire. As palavras eram palavras da vida do povo. O MEB cobria toda área da Diocese. As aulas eram transmitidas por uma emissora e o rádio só pegava uma estação, exatamente para favorecer que o povo naquele momento não tivesse outra opção. Cada posto, escola do MEB que funcionava numa casa de farinha, debaixo de uma árvore, recebia um aparelho de rádio que retransmitia as aulas. Para nós aqui era a rádio Sociedade de Feira e a Sociedade da Bahia(...) E essas palavras ajudavam o povo a compreender sua vida, sua história, a compreender o mundo. Elas criaram um terreno fértil para que o povo começasse a se organizar.”(MELO,2012:117)

Nessa perspectiva, pode-se pensar como foi significativo o trabalho do MEB pelo Brasil. Primeiro porque ao alfabetizar a população rural, proporcionava conhecer e compreender o mundo que vivia, encorajando-a a seguir adiante, seguir questionando, problematizando a sua condição de população pobre, desassistida e, sobretudo rompendo a naturalização da pobreza que passava a partir desse método de ensino historicizar o conjunto de causas que levavam àquela situação, propondo assim formas e caminhos para a organização do povo como por exemplo a criação de sindicatos autônomos não mais atrelados aos patrões. Assim, a educação sindical constituiu um dos principais objetivos do MEB, sobretudo nos anos de 1965, período considerado pela literatura especializada no tema como uma fase mais madura do movimento. E como atingir um maior número de pessoas, uma vez que os moradores da zona rural superavam e muito o contingente urbano nos anos de 1960, 1970 e 1980. A alternativa encontrada, baseada em experiências existentes desde os anos de 1950 era o rádio.

“ Um rádio receptor, o conjunto didático composto de cartilha e livros de leitura, uma lousa, cadernos e lápis eram os elementos necessários para a formação de uma escola radiofônica. Além desses recursos, a escola de rádio dependia da dedicação

e boa vontade do monitor, trabalhador voluntário com mínima escolaridade que era escolhido entre os membros da própria comunidade em que a escola se instalava.”(SOUZA,2010:285)

Para a Igreja Católica era uma forma criada “para multiplicar a capacidade de alcance da educação de adultos.”(SOUZA,2010:285) Por outro lado, é preciso assinalar que essas ações interventoras da Igreja também foram formas encontradas para enfrentar os problemas sociais, econômicos e políticos. Alguns estudiosos da temática destacam que esta intervenção da Igreja se fez por uma ala conservadora uma vez que os camponeses disputavam espaço político sobretudo com o Partido Comunista Brasileiro e outros movimentos\instituições esquerdistas. (SOUZA, 2010:283. Nota 3)

Considerando esses aspectos que devem ser melhor compreendidos no decorrer da pesquisa é significativo pensar que um movimento de Educação de Base nas zonas rurais do país possibilitaram articulações de outros movimentos, como por exemplo a organização dos sindicatos, associações comunitárias, entre outros em uma época que as reivindicações eram proibidas, limitadas e controladas. Ao mesmo tempo, é possível pensar o MEB, juntamente com outros movimentos criados dentro da Igreja como por exemplo, a Juventude Agrária Católica (JAC) com influência significativa em alguns municípios pertencentes a Diocese de Amargosa, como um movimento que ajudou a ‘organizar o povo,’ conscientizando de seus direitos como cidadão, como pessoa humana, além de contribuir para o surgimento de outros movimentos de base que desenvolveriam seus trabalhos em meados da década de 1970, como foi o caso das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) .

Na diocese de Amargosa o MEB teve atuação significativa da criação e assessoramento de sindicatos rurais, sobretudo no sindicato dos trabalhadores rurais de São Miguel das Matas que de certa forma influenciou os Sindicatos de Amargosa. As aulas criadas pelo MEB nacional destacavam assuntos como o Sindicalismo, o Estatuto do Trabalhador Rural, contrato trabalhista, indenização, entre outros aspectos relacionados ao trabalho e sindicatos. A linha histórica do MEB contribuiu para construir algumas práticas e concepções sindicais, sobretudo com a noção “base” que ganharia nos trabalhos com os sindicatos, “uma visão sócio-política de educação a partir e junto com os que estão na base.”(MEB 4, 1989)

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Nesse sentido, as lições e aulas utilizadas pelo MEB, destacaram em determinado período a importância política dos sindicatos rurais que eram instruídos em parte pela equipe do MEB para reivindicar melhores condições de trabalho e de vida no campo, lições que foram fundamentais para o ressurgimento de sindicatos rurais na região, no final da década de 1970 e nos anos de 1980. Entretanto, segundo as informações contidas nos documentos do MEB “até 1986 era a minoria dos departamentos que se preocupava com o tema em questão. Embora a grande maioria estivesse envolvida no meio rural, as equipes vão se envolvendo gradativamente neste trabalho.” (MEB 4,1989:14)

A influência dos trabalhos do MEB na criação dos Sindicatos Rurais da região de Amargosa foi significativa, entretanto, detalhar esta relação significa analisar a complexa teia de relações criadas entre a Igreja, O Estado e o sindicato na região, destacando os interesses, os conflitos e as negociações traçadas nessa luta por uma educação de qualidade, onde o sujeito se reconhece dono de sua história, se reconhece autônomo e, portanto livre para fazer suas escolhas e decidir pela sua vida e pela sua história, transformando sua realidade, criando estratégias para sobrevivência e ao mesmo tempo marcando seu lugar no mundo.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARGOSA. Centenária. s/d.

FÁVERO, Osmar. “MEB- Movimento de Educação de Base. Primeiros tempos:1961-1966.” In **V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação**, Évora, Portugal,2004.

_____. Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB- Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas- SP: Autores Associados,2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2010 (coleção leitura)

FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a Genealogia e a História.” In: **Microfísica do Poder**.16ª.ed.Rio de Janeiro: Graal,2001.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

SANTOS, Milton. A Região de Amargosa. Salvador, dez, 1963 (publicação da Comissão de Planejamento Econômico)

SOUZA, Claudia Moraes. “Vida e Trabalho no mundo rural: trabalhadores do Movimento de Educação de Base (1961-1964)” In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol.2, n.3, janeiro-julho de 2010, p.281-306.

FONTES:

ARQUIVO DO MEB- DIOCESE DE AMARGOSA

MEB: relatório anual do Movimento de Educação de Base (1979).

MEB EM 5 ANOS. 2ª.ed. 1982.

MEB E A QUESTÃO SINDICAL 4. ESTUDOS E DEBATES (1989)

ARQUIVO DO CEDIC-PUC SP